

**Escritura Particular da Quarta Emissão, em Duas Séries, de Debêntures da  
Inepar S. A. Indústria e Construções, da Espécie Subordinada,  
Conversíveis em Ações Ordinárias e em Ações Preferenciais**

Pelo presente instrumento particular,

**INEPAR S. A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, doravante designada simplesmente **EMISSIONA**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Juscelino K. de Oliveira, 11.400, inscrita no CNPJ sob o nº 76.627.504/0001-06, devidamente representada na forma do seu estatuto social,

**EMITE**, como de fato emitido tem (4ª emissão), 270.000 (duzentas e setenta mil) **DEBÊNTURES**, em 2 (duas) séries, de até 135.000 **DEBÊNTURES** cada uma, sendo as **DEBÊNTURES** da primeira série conversíveis em ações ordinárias e as **DEBÊNTURES** da segunda série conversíveis em ações preferenciais, perfazendo o montante global de até R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) ("**DEBÊNTURES**"), submetendo-se a emissão às cláusulas e condições constantes da presente escritura,

intervindo, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO** e assim doravante designada,

**C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, 270, conj. 601, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 82.016.270/0001-55, representada na forma do seu contrato social.

**1. AUTORIZAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da **EMISSIONA**, realizada em 12 de janeiro de 2001, cuja ata está sendo submetida a arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná e será

publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, na Gazeta Mercantil – Edição Nacional, e na Gazeta do Povo. A Assembleia Geral na qual foi deliberada a emissão das DEBÊNTURES delegou ao Conselho de Administração da EMISSORA os poderes referidos no § 1º do artigo 59, da Lei 6.404/76, bem como o de cancelar as DEBÊNTURES porventura não colocadas.

## **2. REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA**

A presente escritura de emissão será registrada no competente registro de imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

## **3. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão das DEBÊNTURES será registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares em vigor.

## **4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

**4.1. Emissão e divisão em séries:** A emissão é de até 270.000 (duzentas e setenta mil) DEBÊNTURES, em 2 (duas) séries, de até 135.000 DEBÊNTURES cada uma, sendo as DEBÊNTURES da primeira série conversíveis em ações ordinárias e as DEBÊNTURES da segunda série conversíveis em ações preferenciais, perfazendo o montante global de até R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais).

**4.2. Forma:** As DEBÊNTURES são escriturais, sendo responsável por sua escrituração o Banco HSBC S.A.

**4.3. Valor nominal:** R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da emissão.

**4.4. Preço de subscrição e modo de integralização:** Cada DEBÊNTURE será subscrita pelo valor nominal de R\$ 1.000,00, atualizado e acrescido da remuneração (atualização e juros) prevista na cláusula 4.9. abaixo, incidente desde a data da emissão até a data da

respectiva integralização, que se dará no ato da subscrição. A critério do subscritor, o preço de subscrição das DEBÊNTURES poderá ser pago em dinheiro ou mediante compensação com créditos de que o subscritor seja titular contra a EMISSORA.

**4.5. Modo de colocação e subscrição:** As DEBÊNTURES serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários que as instituições coordenadoras, a exclusivo critério delas, venham a determinar, procedendo-se à distribuição através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. A colocação pública das DEBÊNTURES, nos termos do disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, será efetuada por procedimento diferenciado, sem a utilização da sistemática de reserva antecipada ou a de lotes mínimos ou máximos. Serão atendidos preferencialmente os clientes do(s) Coordenador(es) que desejarem efetuar investimentos na EMISSORA.

**4.6. Espécie:** subordinada.

**4.7. Data de emissão:** 1º de fevereiro de 2001.

**4.8. Vencimento:** As DEBÊNTURES das duas séries vencerão no dia 1º de fevereiro de 2006.

**4.9. Amortização programada:** as DEBÊNTURES serão amortizadas em 5 (cinco) parcelas semestrais — de 20% (vinte por cento) do valor nominal corrigido cada uma — vencendo-se a primeira parcela em 1º de fevereiro de 2004 e as demais em 1º de agosto de 2004, 1º de fevereiro de 2005, 1º de agosto de 2005 e 1º de fevereiro de 2006.

**4.10. Remuneração:**

**4.10.1.** As DEBÊNTURES das 2 (duas) séries terão o seu valor nominal corrigido anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

4.10.2. As DEBÊNTURES perceberão juros à taxa de 11% (onze por cento) ao ano, pagáveis semestralmente, em 9 (nove) parcelas, vencendo-se a primeira parcela de juros em 1º de fevereiro de 2002 e as demais no último dia do último mês de cada semestre subsequente.

4.11. Juros moratórios: Os juros remuneratórios previstos na cláusula 4.10.2. acima serão acrescidos de 1% (um por cento) ao mês, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento dos juros remuneratórios ou do principal reajustado das DEBÊNTURES, nas épocas em que forem devidos. Os juros de mora serão calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da respectiva regularização e incidirá sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das DEBÊNTURES, referido na cláusula 8 abaixo.

#### 4.12. Conversibilidade:

4.12.1. A partir de sua integralização, as DEBÊNTURES serão conversíveis, à opção dos debenturistas, em determinada quantidade de ações representativas do capital da EMISSORA, sendo as DEBÊNTURES da 1ª série conversíveis em ações ordinárias e as DEBÊNTURES da 2ª série em ações preferenciais, observados os seguintes critérios: (a) da Data da Emissão (01/02/2001) até o 90º (nonagésimo) dia, contado a partir da data do registro pela CVM da emissão das debêntures, o preço de conversão será de R\$ 4,00/mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 1.000,00 será conversível em 250.000 ações; do nonagésimo primeiro dia após o registro da emissão da debênture na CVM até 01/02/2003 (inclusive) o preço de conversão será de R\$ 5,00/mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 1.000,00 será conversível em 200.000 ações; (b) de 02/02/2003 até 01/02/2004 o preço de conversão será de R\$ 6,00/ mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 1.000,00 será conversível em 166.667 ações; (c) de 02/02/2004 até 01/08/2004 o preço de conversão será de R\$ 7,00/ mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 800,00 será conversível em 114.286 ações; (d) de 02/08/2004 até 01/02/2005 o preço de conversão será de R\$ 7,00/ mil ações, ou seja, cada debênture de valor nominal de R\$ 600,00 será conversível em 85.714 ações; (e) de 02/02/2005 até 01/08/2005 o preço de conversão será de R\$ 8,00/ mil ações, ou sejam

cada debênture de valor nominal de R\$ 400,00 será conversível em 50.000 ações; (f) de 02/08/2005 até o vencimento, o preço de conversão será de R\$ 8,00/ mil ações, ou seja cada debênture de valor nominal de R\$ 400,00 será conversível em 25.000 ações.

4.12.2. Nas operações de conversão em que não houver equivalência de valores e o debenturista ficar credor de quantia inferior ao valor de uma ação da EMISSORA, esta, simultaneamente com a conversão, pagará, em dinheiro, o valor da fração de ação devida ao debenturista.

4.12.3. As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais representativas do capital da EMISSORA à época da conversão, e farão jus, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista, a bonificações distribuídas e a quaisquer outros direitos deliberados em atos societários da companhia.

4.12.4. O critério adotado na fixação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais da EMISSORA para fins de conversão teve a sua justificação explicitada na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2001, noticiada na cláusula 1 da presente escritura.

4.12.5. A relação de conversibilidade estabelecida na cláusula 4.12.1. será ajustada, sem qualquer ônus para os debenturistas, em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que venham a ocorrer a partir da data da emissão, devendo o ajuste obedecer à mesma proporção estabelecida em qualquer de tais eventos.

4.12.6. Na hipótese de o capital social da EMISSORA vir a ser aumentado mediante a emissão, pública ou privada, de ações com valor inferior ao das ações em que as DEBÊNTURES podem ser convertidas, ficará assegurado ao debenturista, a exclusivo critério dele, o direito de converter as suas debêntures com base no preço fixado para a subscrição das novas ações. O direito de conversão de que trata esta cláusula poderá ser exercido durante o prazo para o exercício do direito de preferência da nova emissão, ou, na ausência deste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da homologação do aumento de capital, aplicando-se o disposto em 4.12.9. abaixo.

4.12.7. Sempre que a EMISSORA aumentar o seu capital social mediante o exercício de direitos conferidos por bônus de subscrição, em emissão pública ou privada, ao debenturista será assegurada, durante o prazo para o exercício de tais direitos, a conversão de DEBÊNTURES em ações com base no preço fixado para o exercício dos bônus de subscrição, aplicando-se o disposto em 4.12.9 abaixo.

4.12.8. Na hipótese de a EMISSORA vir a emitir debêntures conversíveis em ações com qualquer condição de conversibilidade mais favorecida em relação à presente emissão, fica assegurado aos detentores de DEBÊNTURES em circulação, durante o prazo para o exercício do direito de preferência da nova emissão, ou, na ausência deste, no prazo máximo de trinta dias a contar da data de início da distribuição, o direito de terem as condições de conversibilidade de suas DEBÊNTURES alteradas para adequá-las às mesmas condições de conversibilidade da nova emissão, ou, a seu exclusivo critério, utilizá-las como integralização das debêntures desta nova emissão.

4.12.9. No caso de solicitação de conversão das DEBÊNTURES desta emissão em ações, a formalização dos correspondentes aumentos de capital serão realizados mensalmente, pelo Conselho de Administração da EMISSORA e averbados na Junta Comercial da sede da EMISSORA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecido no inciso III do artigo 166, da Lei 6.404, de 15.12.76, e no estatuto da EMISSORA.

4.12.10. Os debenturistas exercerão a opção de conversão das DEBÊNTURES em ações representativas do capital social da EMISSORA de uma das seguintes formas:

- a) por envio da solicitação de conversão ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; ou
- b) caso o debenturista não tenha conta individualizada na CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de

suas DEBÊNTURES na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de DEBÊNTURES que pretende converter; ou, ainda,

- c) caso as DEBÊNTURES não estejam registradas no SND — Sistema Nacional de Debêntures, o debenturista deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira depositária das DEBÊNTURES ou na sede da EMISSORA, conforme o caso, contendo o nome do debenturista e a quantidade de DEBÊNTURES que pretende converter.

4.12.11. Para todos os efeitos, a data da conversão das DEBÊNTURES será a data do recebimento — pela EMISSORA ou, se for o caso, pela instituição financeira prestadora de serviço aos debenturistas — de solicitação do debenturista, com a simultânea entrega das DEBÊNTURES sujeitas a conversão.

## 5. EXCLUSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Os acionistas da EMISSORA, nos termos do disposto no estatuto social e no artigo 172, inciso I, da Lei 6.404/76, não terão direito de preferência nem farão jus a atendimento prioritário para subscrever as DEBÊNTURES.

## 6. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado DEBÊNTURES em circulação, por preço não superior ao valor nominal acrescido da remuneração prevista no item 4.10. supra, observado o disposto no § 2º do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As DEBÊNTURES assim adquiridas poderão ser canceladas ou permanecer na tesouraria da EMISSORA para posterior colocação.

## 7. VENCIMENTO ANTECIPADO

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das DEBÊNTURES desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal acrescido da remuneração estabelecida no item 4.10. supra, na ocorrência de

qualquer dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas na presente escritura de emissão; (ii) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA; (iii) liquidação ou declaração de falência da EMISSORA; (iv) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na presente escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for feito pelo Agente Fiduciário ou qualquer debenturista; (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas na presente escritura de emissão; (vi) fusão ou cisão da EMISSORA e sua incorporação em outra sociedade, salvo se previamente autorizada a operação pelo Agente Fiduciário.

## **8. PRORROGAÇÃO DE PRAZOS**

O vencimento de qualquer das obrigações e o de prazo para o exercício de direitos decorrentes da presente emissão que caia em sábados, domingos ou feriados nacionais, ou, ainda, feriados bancários ocorridos na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, será, para todos os fins e efeitos da presente emissão, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta última data, que passará a valer como data de início do período seguinte de apuração e cálculo dos encargos desta emissão.

## **9. DECADÊNCIA DE DIREITO AOS ACRÉSCIMOS. RENÚNCIA DE DIREITOS**

9.1. O debenturista que, na data prevista ou na data fixada em comunicação publicada pela EMISSORA, não comparecer para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, perderá o direito ao recebimento dos juros relativos ao período de atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

9.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura. A tolerância com o atraso ou com o descumprimento de qualquer obrigação por parte da EMISSORA não induzirá novação.

## 10. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as DEBÊNTURES serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos — CETIP ou por instituição financeira contratada para este fim pela EMISSORA.

## 11. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, na Gazeta Mercantil — Edição Nacional, na Gazeta do Povo e, quando for o caso, no Diário Oficial do Estado do Paraná.

## 12. NEGOCIAÇÃO

As DEBÊNTURES serão negociadas na Sociedade Operadora de Mercado de Ativos — SOMA, obedecidas as regras por ela estabelecidas.

## 13. REGISTRO NO SND — SISTEMA NACIONAL DE DEBÊNTURES

13.1. As DEBÊNTURES serão registradas no SND — Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), para fins de atendimento aos debenturistas nos eventos de conversão em ações e nos de pagamento de juros e de principal, vedada a negociação de DEBÊNTURES através do referido Sistema. Caso quaisquer DEBÊNTURES não se enquadrem no registro acima definido, aplicar-se-á, com relação a elas, o disposto na letra (c) da cláusula 4.12.10. e na cláusula 10 ("Local de pagamento") da presente escritura.

#### 14. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

14.1 A EMISSORA obriga-se a, até o vencimento final das debêntures: (a) manter atualizado o registro necessário junto à CVM; (b) manter, enquanto as debêntures não tiverem sido amortizadas ou liquidadas, auditoria externa por empresa registrada na CVM; (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais; (d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos; (e) enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, dentro de, no máximo, 90 (noventa dias) após o encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras anuais; (f) fornecer prontamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO, quando por ele solicitado, qualquer informação relevante para os interesses dos debenturistas e permitir que o AGENTE FIDUCIÁRIO, por si ou por representantes, visite qualquer dependência da EMISSORA e tenha acesso aos seus livros contábeis e de registro; (g) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO, tão logo publicados, cópias dos avisos aos debenturistas, comunicações de fatos relevantes e atas de assembléias gerais da EMISSORA que envolvam interesse dos debenturistas; (h) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO e os debenturistas da ocorrência de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou a suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 60 (sessenta) dias, ou que possa, potencial ou efetivamente, ensejar o descumprimento, pela EMISSORA, de qualquer das obrigações ora estabelecidas; (i) manter seus bens adequadamente segurados de acordo com as práticas correntes; (j) não pagar dividendos acima do mínimo obrigatório fixado no estatuto nem qualquer outra participação estatutária em lucros se estiver em mora relativamente aos pagamentos de juros e/ou do valor nominal das DEBÊNTURES; (l) não realizar operações nem entrar em transações (i) fora do seu objeto social, (ii) em condições não equitativas ou (iii) não autorizadas pelo órgão competente na forma prevista pelo estatuto; (m) não mudar a natureza de seus negócios anuais nem alienar todo o seu ativo imobilizado ou parte substancial dele, entendendo-se como substancial qualquer parte do ativo imobilizado de valor superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido contábil da EMISSORA.

14.2. O cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas nesta cláusula poderá, diante de circunstâncias relevantes, ser dispensado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por escrito e em cada caso concreto. Igualmente poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO autorizar a EMISSORA a cumprir qualquer dessas obrigações de forma diversa da acima enunciada.

## 15. AGENTE FIDUCIÁRIO

15.1. C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada, é o AGENTE FIDUCIÁRIO desta emissão de debêntures que, neste ato, e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures, declarando não encontrar-se em qualquer das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

15.2. Remuneração do Agente Fiduciário: Serão devidas ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a remuneração de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a ser paga em parcelas anuais, vencendo-se a primeira parcela no primeiro dia útil que se seguir à publicação do anúncio de encerramento de distribuição pública das debêntures

15.2.1. A remuneração prevista na cláusula 15.2. será devida mesmo após o vencimento das DEBÊNTURES, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA

15.2.2. As parcelas referidas em 15.2. serão atualizadas, entre a data da presente escritura e a data do respectivo pagamento — *pro-rata*, se necessário — pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.

15.2.3. A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço; devendo tais despesas ser cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou

reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

**15.2.4.** Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser pagas pela EMISSORA. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**15.2.5.** A mora no pagamento de qualquer parcela de remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO implicará na obrigação de a EMISSORA pagar multa de 5% (cinco por cento) e a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o débito em atraso, sem prejuízo da atualização monetária.

**15.2.6.** Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou a liquidação das DEBÊNTURES antes do seu vencimento, as parcelas então vincendas da remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano.

**15.2.7.** A remuneração será acrescida dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda.

### **15.3. Substituição do Agente Fiduciário**

15.3.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá ser substituído a qualquer tempo nos seguintes casos: a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação; b) ato da CVM.

15.3.2. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO, por motivo superveniente a esta escritura, não possa continuar a exercer as suas funções, tal impedimento será por ele imediatamente comunicado aos debenturistas, com pedido de substituição. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento.

#### 15.4. Deveres do Agente Fiduciário

15.4.1. Além de outros previstos em lei, constituem deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO: (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; (ii) praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas; (iii) elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da EMISSORA, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas; (iv) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas no presente instrumento; e (v) todas as demais obrigações e atribuições previstas neste instrumento.

15.4.2. Nas épocas próprias, o AGENTE FIDUCIÁRIO fará publicar nos jornais habitualmente utilizados pela EMISSORA (Diário Oficial do Estado do Paraná, Gazeta Mercantil - Edição Nacional e Diário do Povo) aviso de que já encontra à disposição dos debenturistas o relatório anual. O inteiro teor do relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO estará à disposição de qualquer interessado no escritório dele, no endereço mencionado no preâmbulo deste instrumento. A notificação a que se refere o item (iv) de 15.4.1. ~~adota~~, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, na Gazeta Mercantil - Edição Nacional e no Diário

do Povo, observada também, se cabível, a regra do § 3º do artigo 289, da Lei nº 6.404/76. A notificação discriminará as providências judiciais ou extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO houver tomado ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

### 15.5. Atribuições do Agente Fiduciário

15.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA, para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e a realização dos créditos destes, sendo-lhe especialmente facultado, no caso de inadimplemento da EMISSORA: (i) declarar antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES, cobrando o principal e os acessórios; (ii) requerer a falência da EMISSORA; (iii) representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da EMISSORA; (iv) tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas; e (v) adotar outras providências previstas na presente escritura.

15.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item (i) da cláusula 15.5.1. na ocorrência das seguintes hipóteses: a) inadimplemento de qualquer obrigação decorrente da presente escritura; b) se a EMISSORA requerer concordata preventiva ou tiver sua falência decretada. O eventual não exercício pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de qualquer dos procedimentos aqui previstos não constituirá novação, e não impedirá que o AGENTE FIDUCIÁRIO, a critério dele, venha a exercê-los a qualquer momento.

### 15.6. Despesas do Agente Fiduciário

Correrão por conta da EMISSORA as despesas com publicações que, por força de lei, o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha que proceder, obrigando-se a EMISSORA a fornecer antecipadamente os recursos necessários. A EMISSORA ressarcirá também o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as demais despesas em que ele tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os créditos destes. O ressarcimento será efetuado dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente realizadas e necessárias à proteção dos interesses dos debenturistas. As despesas aqui referidas compreenderão,

inclusive, as seguintes: a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que venham a ser imprescindíveis, caso sejam constatadas omissões ou obscuridades em informações prestadas aos debenturistas e que se refiram aos estritos interesses deles.

## **16. ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**16.1.** Os titulares das DEBÊNTURES se reunirão em assembléia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

**16.2.** A assembléia pode ser convocada pela EMISSORA ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação.

**16.3.** A assembléia geral — que se instalará com o *quorum* previsto no artigo 71 § 3º, da Lei nº 6.404/76 — deliberará pelo voto de debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação.

**16.4.** A presidência da assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao Agente Fiduciário, ao Presidente do Conselho de Administração da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos portadores de títulos, ou àquele que for designado pela CVM.

**16.5.** Em qualquer caso, o Agente Fiduciário comparecerá às assembléias dos debenturistas, prestando as informações que lhe forem solicitadas.

**16.6.** Nas deliberações da assembléia, cada DEBÊNTURE dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º do artigo 126, da Lei 6.404, de 15/12/76.

**16.7.** Quaisquer modificações nas condições das DEBÊNTURES objeto da presente emissão dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das DEBÊNTURES em circulação.

16.8. Para efeito de apuração do *quorum* a que se refere esta cláusula quinta, serão desconsideradas as DEBÊNTURES que estiverem na tesouraria da EMISSORA.

## 17. FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento.

Assinam a presente escritura particular, para que possa gerar seus regulares efeitos, a EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO e as duas testemunhas abaixo identificadas.

Curitiba, 12 de janeiro de 2001

*Cesar Romeu Fiedler*  
Inepar S.A. Indústria e Construções  
Cesar Romeu Fiedler - Ademir Pautasso Nunes  
EMISSORA

*Vilson Deconto*  
C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
VILSON DECONTO - ANTONIO PEDROTO CHEREM  
AGENTE FIDUCIÁRIO

Testemunhas:

1. <i>Sergio Okuyama</i> Nome: SERGIO VARGAS OKUYAMA C.I. nº 40.576.970 CIC nº 022.159.738-70	2. <i>Marcio Acccon</i> Nome: MARCIO ALDO ACCCON C.I. nº 4015772-7 PR CIC nº 672304079-35
--	--

3º Distribuidor - 3º Ofício  
Atesto que a 1ª Via deste documento foi  
arquivado sob nº 012 do Livro 1-3  
do Ofício de Registro de Imóveis  
Curitiba, 19 de Junho de 2001

3º Distribuidor

**CARTÓRIO CIDADE INDUSTRIAL**

CEASA BR 116 KM 111 (041) 348-1727  
CURITIBA - PARANÁ

RECONHEÇO a(s) firma(s) de  
32794 MARCIO ALCEU CECCON  
28927 ADEMIR PAUTASSO NUNES  
13504 SERGIO VARGAS OKUYAMA  
03927 CÉSAR ROMÉU FIEDLER  
como verdadeira. Dou fé.

CURITIBA, 19 de Janeiro 2001  
Em testº [assinatura] da verdade

Regina Coeli Machado OFICIAL

70. TABELIAO - DR. ANGELO VOLPI NETO  
R. Mal Deodoro, 230, centro F: 322-6157  
CURITIBA - PARANÁ

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s)  
firma(s) de:  
25054394-ANTONIO PEIXOTO CHEREN.....  
25054184-VILSON RONALD RYBAS DECONTO....

Em testemunho [assinatura] da verdade  
Curitiba, 19 de Janeiro de 2001

041-ROGER ZANETTI DA CRUZ  
ESCREVENTE

SDM

8ª CIRCUNSCRIÇÃO

ITALO CONTI JUNIOR  
Oficial

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Escr. Jurementada

CURITIBA - PARANÁ

8ª CIRCUNSCRIÇÃO - CURITIBA - PR

Registrado sob nº 01/3043

no Livro 3 - auxiliar

Curitiba, 22 de junho de 2001

[assinatura]  
Oficial